

VI Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP)

Submissão de proposta para a ST09 - Agenda e Formulação de Políticas Públicas
Coordenação: Ana Cláudia Niedhardt Capella (UNESP), Felipe Brasil (USP)
Modalidade: Virtual

Título: Uma agenda de extrema direita para a educação no Brasil: o caso do programa das escolas cívico-militares (PECIM) do governo Bolsonaro

Sandra Gomes (UFRN)
Maria Íris da Costa Souza (UFRN)

Resumo

A entrada na agenda do governo Bolsonaro das escolas cívico-militares contém vários dos elementos que caracterizam o debate sobre mudanças e desmonte de políticas públicas. A formação dessa agenda, no gabinete de transição ao final de 2018, antes da posse oficial do governo em 2019, pode ser entendida como uma mudança de grande escopo, uma pontuação, nas políticas educacionais do país, frente ao consenso ou monopólio de discussão desde a CF/1988? O objetivo deste paper é discutir se o programa das escolas cívico-militares (PECIM) pode ser entendido como uma mudança crítica, de pontuação ou uma mudança não incremental da política educacional no Brasil. Para isto, o paper mostra o processo de formulação dessa política e os atores que a influenciaram, identificando seus valores, visões de mundo sobre a educação com base em categorias de análise de vertente cognitiva das políticas públicas. Em termos de resultados, o programa foi implementado rapidamente em todo o território nacional, mas com oposição política e rejeição valorativa de alguns governos de esquerda e da comunidade de educação. O cenário internacional de crescimento da extrema direita também apresenta conexões com uma agenda política para a educação que pode produzir conexões internacionais com o caso brasileiro.

Resumo Expandido

Contextualização do tema

A agenda de educação do governo Bolsonaro prometia mudanças de grande monta de acordo com o seu programa de governo de 2018, a própria campanha eleitoral e no discurso de posse de seu primeiro ministro da educação em janeiro de 2019. Apesar de o governo ter sido caracterizado por um constante confronto com a comunidade tradicional de educação no Brasil, com as universidades públicas declaradas como inimigas, e promessas de grandes mudanças, a maioria das propostas não foram aprovadas ou nem mesmo apreciadas como o balanço de Gomes e Segatto (2024) sobre as políticas educacionais do governo Bolsonaro mostra.

Por outro lado, parece haver duas exceções: o programa de alfabetização e o das escolas cívico-militares, o PECIM (Ximenes et al., 2019; Lima et al., 2022). Essas duas políticas representam uma visão dos problemas educacionais que difere do consenso estabelecido entre a comunidade de políticas educacionais, que formavam um monopólio do debate sobre educação no Brasil, seja por atores políticos à direita, centro ou esquerda do espectro político brasileiro. A entrada na agenda do governo Bolsonaro das escolas cívico-militares contém vários dos elementos que caracterizam o debate sobre mudanças e desmonte de políticas públicas na literatura sobre o tema. A formação dessa agenda, no gabinete de transição ao final de 2018, portanto, antes da posse oficial do governo em 2019, pode ser entendida como uma mudança de grande escopo, uma pontuação, nas políticas educacionais do país, que detinham um consenso ou um monopólio de discussão desde a constituição democrática de 1988? Essa é uma das perguntas que motivam esse paper.

Objetivo

O objetivo deste paper é discutir se o programa das escolas cívico-militares (PECIM) do governo Bolsonaro pode ser entendido como uma mudança crítica, de pontuação ou de mudança não incremental da política educacional no Brasil. Para isto, o paper mobiliza algumas categorias sobre formação e mudança da agenda governamental que apontam a mudança de governo como um dos momentos críticos para a introdução de novas políticas públicas ou a eliminação de outras (Kingdon, 2011; Capella e Brasil, 2022; Brasil, Rey, 2022; Barcelos, 2012; Picelli, 2016 dentre outros). Elementos como disputas de ideias, valores ou projetos políticos que mobilizam atores que estão fora da comunidade de políticas educacionais, que tradicionalmente ocupavam os espaços de debate e deliberação desde a constituição de 1988. Apesar de iniciativas de escolas com participação de militares já existirem antes do PECIM - por governos estaduais e alguns municipais -, a envergadura e poder de agenda e de coordenação e indução nacional do governo federal na expansão de escolas desse tipo, pela primeira vez financiadas e apoiadas pela União, sugere esse modelo de educação como parte do cardápio de escolhas de políticas públicas no Brasil de hoje. Desse ponto de vista, justifica-se a relevância de se compreender como o PECIM foi construído e aceito em boa parte de redes estaduais e municipais do país.

Metodologia

Do ponto de vista empírico, foi feita uma análise documental e de mídia para caracterizar os atores envolvidos na formulação do PECIM e suas visões de educação, inclusive as justificativas para o PECIM.

Um banco de dados específico foi criado para a pesquisa (em que este paper é produto), a partir da extração e sistematização dos microdados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no âmbito do Censo Escolar, considerando o período compreendido entre o ano de 2019 e 2022. A escolha por iniciar a série temporal em 2019 se justifica pela necessidade de capturar, com maior precisão, o cenário anterior ao do início das escolas cívico-militares no Brasil, em especial após o lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Para complementar e aprofundar a identificação das escolas com características cívico-militares, pedidos formais via Lei de Acesso à Informação (LAI) foram feitos, o que possibilitou introduzir informações adicionais.

A estruturação da base de dados envolveu etapas de seleção e identificação de diferentes tipos de escolas militares, do PECIM, militarizadas ou de outros tipos, limpeza e reorganização das variáveis pertinentes à caracterização institucional das escolas. Foram priorizados os campos que possibilitam identificar o vínculo administrativo das unidades escolares, em especial: a dependência administrativa, a unidade federativa, o vínculo com a segurança pública e o vínculo com a secretaria de educação. Adicionalmente, foi realizado o cruzamento sistemático das variáveis com o intuito de analisar padrões e refinar a identificação das escolas cívico-militares. Esse processo permitiu filtrar os dados de forma progressiva até alcançar o banco atual, em uma contribuição original da pesquisa. Durante esse processo, identificou-se vários problemas para identificar as escolas. Diante dessa limitação, optou-se por complementar a identificação por meio de buscas textuais nos nomes das escolas, localizando termos como “militar” e “cívico”, o que possibilitou a ampliação de casos.

Síntese dos resultados

O PECIM mostra uma mudança política na forma de compreender o papel da educação na formação de cidadãos. É uma política fortemente ancorada na contratação de pessoal militar para atuar em escolas públicas regulares. Em termos de resultados, o programa foi bem-sucedido: ao menos uma escola vinculada ao PECIM foi implementada em todas as 27 Unidades da Federação entre 2021 e 2022. No total, 206 escolas aderiram ao PECIM que se juntam à cerca de 315 escolas militares já existentes e outras 146 militarizadas mapeadas por esta pesquisa, não vinculadas ao PECIM.

O PECIM teve um financiamento significativo, com uma média de R\$ 416.573,05 por escola entre 2020 e 2022, majoritariamente gasto em pessoal militar (das Forças Armadas ou forças militares estaduais). É um projeto político em oposição ao consenso existente entre diferentes membros da comunidade de políticas educacionais no Brasil desde a redemocratização, sejam aqueles à direita ou à esquerda. Exemplo disso é a

recusa de alguns governos de esquerda de aderirem ao PECIM, mesmo com a perda de recursos. Ao mesmo tempo, esse modelo de educação apresenta claras conexões com as propostas dos partidos da extrema direita europeia no que se refere ao desejo de ordem, autoritarismo, disciplina, obediência, mostrando potenciais conexões internacionais.

Referências

BARCELOS, Márcio. Processos sociais, construções discursivas e “imagens de política pública” na construção da política de silvicultura no Rio Grande do Sul, 2004-2009. *Plural*, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 83–112, 2012

BRASIL, F. G.; REY, B. A Teoria do Equilíbrio Pontuado: Incrementalismo e Pontuações na Dinâmica das Políticas Públicas. In: BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Claudia N (org.). *Abordagens Contemporâneas para a Análise de Políticas Públicas*, Rio de Janeiro. EdUERJ, 2022.

CAPELLA, Ana Cláudia; BRASIL, Felipe Gonçalves. *Abordagens contemporâneas para análise de políticas públicas*. . Rio de Janeiro: Eduerj, 2022.

KINGDON, J. *Agendas, alternatives, and public policies*. Longman, 2011

LIMA, I. G. DE .; GOLBSPAN, R. B.; SANTOS, G. S. DOS .. Mapeando o conservadorismo na política educacional brasileira. *Educar em Revista*, v. 38, p. e85338, 2022.

GOMES, S.; SEGATTO, C. I. Credit-Claiming And Nondecision-Making As An Ideological Agenda. In: N Sátyro (ed). *Social Policies in Times of Austerity and Populism: Lessons from Brazil*. London: Routledge, 2024.

PICELLI, I. A emergência das minorias étnicas no Brasil: Agendamento das políticas públicas para comunidades quilombolas. *ACENO*, Vol. 3, N. 6, p. 192-210, 2016.

XIMENES, S. B.; STUCHI, C. G.; MOREIRA, M. A. M. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.]*, v. 35, n. 3, p. 612, 2019.